

Presidência do Brasil – BRICS 2025

NOTA CONCEITUAL

Lema: "Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável"

Conteúdo

1. Introdução
2. Prioridades e Objetivos
3. Países Membros e Parceiros

1. Introdução

Em 2025, o Brasil assume duas grandes responsabilidades, a presidência do BRICS e da COP-30 Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em contexto de tensões geopolíticas que se aprofundam e que desafiam a frágil ordem multilateral internacional vigente. O recurso insensato ao unilateralismo e a ascensão do extremismo em várias partes do mundo ameaçam a estabilidade global e aprofundam as desigualdades que penalizam as populações mais vulneráveis em diferentes partes do planeta.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem destacado o potencial do BRICS como espaço para construção das soluções de que o mundo tanto precisa. Mais do que nunca, a capacidade coletiva de negociar e superar conflitos por meio da diplomacia se mostra crucial. Nossa agrupamento dialoga com todos e está na vanguarda dos que defendem a reforma da governança global.

O BRICS se consolida como uma plataforma de cooperação entre países que compreendem cerca de metade da população mundial e 39% do PIB global (ppp), comprometidos com a promoção de uma ordem mundial multipolar mais equitativa, justa, democrática e equilibrada. Durante os últimos 16 anos, nossa parceria produziu resultados concretos sob os três pilares de cooperação – política e segurança, economia e finanças, intercâmbio cultural e da sociedade civil.

No ano passado, a presidência brasileira do G20 demonstrou ser possível alcançar consensos para a superação dos grandes desafios globais. Agora é hora de reafirmar a vocação do BRICS na luta por um mundo multipolar e por relações menos assimétricas entre os países.

Esta Nota Conceitual descreve as prioridades e os principais objetivos para este ano. Também serão elaboradas notas temáticas detalhadas sobre assuntos específicos ou grupos de trabalho.

Guiada pelo lema "Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável", a presidência brasileira do BRICS em 2025 se concentrará em duas prioridades: **(i) Cooperação do Sul Global e (ii) Parcerias BRICS para o Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental.** No âmbito dessas prioridades, o Brasil propõe concentrar atenção política nas seguintes seis áreas centrais:

2. Prioridades e Objetivos

2.1 Cooperação em Saúde Global

A cooperação entre os países do BRICS pode desempenhar papel crucial em projetos concretos de promoção do desenvolvimento sustentável, em particular na área de saúde.

A pandemia de COVID-19 e a recente crise sanitária da Mpox demonstraram, mais uma vez, que o combate a doenças infectocontagiosas exige ações coordenadas transnacionais. Na esfera das doenças tropicais negligenciadas e das doenças socialmente determinadas, usualmente relacionadas a pobreza, desigualdade e condições de vida inadequadas, a cooperação do Sul Global torna-se imprescindível para elevar os investimentos na área de pesquisa e de produção de medicamentos e vacinas. Segundo dados da OMS, cerca de 1 bilhão de pessoas são afetadas pelas doenças tropicais negligenciadas, e cerca de 40% dos casos de tuberculose ocorrem nos países do BRICS.

A presidência brasileira estimulará o tratamento permanente dessa classe de doenças na agenda internacional de saúde. Buscará lançar uma **Aliança Internacional em prol da eliminação das doenças socialmente determinadas e das doenças tropicais negligenciadas**. Essa iniciativa se articularia com diversos outros projetos em curso no âmbito do BRICS, como o fortalecimento da Plataforma BRICS para Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas, da ampliação da Rede de Pesquisa BRICS sobre Tuberculose, do estreitamento da cooperação entre os centros de saúde pública dos países do BRICS e do estabelecimento de uma plataforma de cooperação no emprego de inteligência artificial nos sistemas públicos de saúde.

2.2 Comércio, Investimentos, Finanças

Os países do BRICS podem desempenhar papel central no aprimoramento do sistema monetário e financeiro internacional, a fim de garantir sua maior representatividade e atenção às necessidades de todas as nações. Estão comprometidos em estabelecer uma Rede de Segurança Financeira Global forte e eficaz, com um Fundo Monetário Internacional (FMI) reformado, baseado em cotas e com recursos adequados a seu papel de instituição central, complementada por outros acordos financeiros plurilaterais, regionais e bilaterais.

Sob o pilar financeiro, a presidência brasileira pretende fortalecer a coordenação para reformar a governança das instituições de Bretton Woods e aumentar a representação dos países em desenvolvimento em posições de liderança, refletindo melhor as contribuições das nações do Sul Global para a economia mundial, bem como objetiva trabalhar para aprimorar iniciativas como o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo de Reservas para Contingências.

A presidência brasileira dará ênfase à recém-criada **Rede de Think Tanks sobre Finanças** e buscará fortalecer a cooperação em infraestrutura, tributação e aduanas. O pilar de financiamento também pretende apoiar a agenda de financiamento climático, alavancando questões como a implementação de fundos verticais e a reforma dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, que podem contribuir para uma arquitetura de financiamento climático que facilite a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e dos objetivos do Acordo de Paris.

Embora os países do BRICS tenham influência significativa na economia global, o fluxo comercial e de investimento entre si permanece relativamente pequeno em comparação com fluxos entre nações desenvolvidas. De forma a cumprir o mandato estabelecido pelos líderes do BRICS na Cúpula de Johanesburgo em 2023, a presidência do Brasil dará continuidade aos esforços de cooperação para desenvolver instrumentos de pagamento locais que facilitem o comércio e o investimento, aproveitando sistemas de pagamento mais acessíveis, transparentes, seguros e

inclusivos entre os membros do BRICS. Além disso, medidas de facilitação de comércio, entre elas a cooperação regulatória, poderão contribuir para o aumento do intercâmbio comercial e de investimentos.

A presidência brasileira buscará aprofundar a **Parceria BRICS para a Nova Revolução Industrial (PartNIR)**, cujo objetivo é a diversificação e a atualização tecnológica da base industrial dos países do agrupamento. Entre as metas da PartNIR também estão o adensamento e a integração das cadeias produtivas dos países membros, e o desenvolvimento de ecossistemas soberanos de inteligência artificial, em sintonia com as realidades e os idiomas dos países BRICS, o que constituirá vetor fundamental de competitividade econômica nas próximas décadas.

A fim de dar direcionamento de longo prazo à cooperação econômica entre os países do BRICS, também será promovida uma atualização da **Estratégia para a Parceria Econômica dos BRICS para 2030**, que terá foco em três grandes áreas (i) comércio, investimentos e finanças; (ii) economia digital; e (iii) desenvolvimento sustentável.

2.3 Mudança do Clima

A COP de Belém marcará dez anos desde o Acordo de Paris e encerrará uma sequência de quatro Conferências realizadas em países do Sul Global, três deles membros do BRICS.

Em Belém, os líderes mundiais terão o imperativo moral de fechar a lacuna entre ambição e financiamento no enfrentamento à crise climática.

Uma nova liderança climática, baseada na solidariedade global, pode orientar a humanidade a uma resposta eficaz e equitativa à mudança do clima. Juntos, os países do BRICS têm potencial para conduzir uma mobilização renovada em favor de resultados ambiciosos para a COP-30 sem descuidar das metas e dos princípios da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Para isso, a Presidência brasileira promoverá uma **Agenda de Liderança Climática do BRICS**, fornecendo soluções políticas e práticas para aumentar os esforços no sentido de não se ultrapassar o limite crítico de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

Essa agenda se organizará em torno de cinco linhas de ação: (i) uma **Declaração-Quadro dos Líderes sobre Financiamento Climático**; (ii) soluções concretas para facilitar a ação climática; (iii) cooperação em tecnologia climática, com foco em propriedade intelectual; (iv) cooperação em sinergias climáticas e comerciais; e (v) **princípios de alto nível no âmbito do BRICS para abordagens comuns à contabilidade de carbono**.

2.4 Governança de Inteligência Artificial

O futuro do mundo depende do estabelecimento de regimes multilaterais verdadeiramente representativos e inclusivos que promovam a paz e o desenvolvimento sustentável. A inteligência artificial representa uma revolução no conhecimento e na tecnologia, cujos benefícios devem ser compartilhados por toda a humanidade. O mundo exige uma governança global justa e equitativa para a IA, onde todas as nações e não somente grandes empresas tenham voz. O BRICS pode contribuir para a construção de uma governança internacional da inteligência artificial, com foco na promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo, na defesa do acesso não-discriminatório à transferência de tecnologia, respeitando os direitos humanos e o direito internacional, protegendo dados pessoais e garantindo a integridade das informações para o uso ético, seguro, confiável e responsável dessa tecnologia.

Combater o preconceito e a discriminação algorítmica também é crucial para refletir a diversidade linguística e cultural da humanidade e promover a transparência, o acesso e a difusão da tecnologia para o interesse público. A promoção de uma governança de dados para o desenvolvimento, com enfoque na redução das desigualdades, na criação de oportunidades econômicas e na defesa da concorrência adaptada à economia de plataformas é essencial para permitir que os países em desenvolvimento aproveitem as vantagens da economia digital e das tecnologias emergentes, incluindo a inteligência artificial.

Além disso, conforme instruído pela Cúpula de Kazan, a presidência do Brasil visa a aprimorar o diálogo intra-BRICS para destravar o vasto potencial das tecnologias de informação e comunicação. A cooperação do BRICS deve promover uma abordagem centrada no ser humano, orientada para o desenvolvimento, de forma inclusiva e sustentável, para melhorar a vida das pessoas e reduzir as desigualdades digitais. Ao colaborar nessa área, nossos países podem fazer avanços significativos em inteligência artificial e tecnologias relacionadas.

2.5 Reforma da Arquitetura Multilateral de Paz e Segurança

Desde a sua criação, a Organização das Nações Unidas tem-se dedicado à manutenção da paz e da segurança internacionais por meio de medidas coletivas de prevenção e enfrentamento de ameaças à paz, bem como da promoção da solução pacífica de controvérsias internacionais, em conformidade com os princípios do direito internacional.

Às vésperas de completar 80 anos, a ONU defronta-se com o dilema de lidar com ameaças emergentes e desafios persistentes, que apenas podem ser efetivamente enfrentados por meio da cooperação multilateral. Sua estrutura, no entanto, permanece enraizada em conceitos e dinâmicas ultrapassadas, exigindo uma reforma urgente para garantir a contínua relevância da Organização.

As guerras ao redor do mundo desestabilizam a ordem internacional e geram consequências devastadoras, com número crescente de vítimas civis, de refugiados e de deslocados internos, além de provocar destruição de infraestruturas essenciais e agravamento da insegurança alimentar.

O conflito entre Israel e Palestina voltou a mostrar sua face mais desumana, vitimando milhares de civis inocentes, sobretudo mulheres e crianças, e tornando a solução de dois Estados cada dia mais remota. No Sudão, no Iêmen e no Haiti, tragédias esquecidas continuam negando o futuro a milhões de pessoas.

O contexto atual de polarização e desconfiança impede o fortalecimento das instâncias multilaterais de paz e segurança internacionais. O BRICS pode ser uma voz em prol da reforma abrangente das Nações Unidas, incluindo seu Conselho de Segurança, com o objetivo de torná-lo mais democrático, representativo, eficaz e eficiente - apto a responder adequadamente aos desafios globais contemporâneos. A presidência brasileira pretende discutir o seguimento do "Chamado à Ação sobre a Reforma da Governança Global", emanado da reunião aberta de ministros das Relações Exteriores do G20 realizada em Nova York, à margem da 79ª Assembleia Geral da ONU.

O Brasil, como país tradicionalmente promotor da paz e do diálogo, atuará também para que o BRICS possa constituir espaço de construção de confiança e de entendimento mútuo, capaz de promover soluções pacíficas para conflitos e disputas, a exemplo dos Entendimentos Comuns com a China sobre uma Resolução Política para a Crise na Ucrânia.

2.6 Desenvolvimento Institucional

Desde a sua criação, o BRICS expandiu significativamente seu número de membros e sua agenda. Originalmente composto por quatro países, o grupo agora inclui onze membros e nove parceiros. Os tópicos discutidos no fórum também se ampliaram em escopo e complexidade, abrangendo os principais itens da agenda internacional. Esta evolução reflete-se na criação de vários grupos de trabalho e iniciativas que visam a melhorar os processos de tomada de decisão e a cooperação setorial.

A revisão dos Termos de Referência (TdR) do BRICS em 2021, durante a presidência da Índia, foi um marco significativo. A inclusão de novos membros, aprovada na Cúpula de Joanesburgo em 2023, e o estabelecimento da categoria de parceiros, na Cúpula de Kazan em 2024, denotam a necessidade de atualizar o funcionamento e os procedimentos do BRICS.

O Brasil proporá a formação de uma **Força-Tarefa sobre Desenvolvimento Institucional** para (i) atualizar os TdR do BRICS e (ii) discutir a implementação de suas disposições. Esse trabalho ajudará a manter a coesão, harmonização e eficiência dentro do grupo, além de facilitar a transferência da presidência, melhorar as metodologias de trabalho e integrar melhor os novos membros à estrutura do BRICS.

3. Países Membros e Parceiros

Os membros do BRICS incluem Brasil, Arábia Saudita, África do Sul, China, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Índia, Indonésia, Irã e Rússia. O agrupamento era originalmente composto por Brasil, Rússia, Índia e China, e se expandiu pela primeira vez com a admissão da África do Sul em 2011. Na 15ª Cúpula em Joanesburgo, em agosto de 2023, os líderes do BRICS decidiram por nova expansão, admitindo Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã. A Indonésia aceitou formalmente o convite para integrar o agrupamento em 2024.

Em linha com a Declaração de Joanesburgo, os líderes aprovaram a criação do status de "País Parceiro do BRICS" na 16ª Cúpula do BRICS, realizada em Kazan, em agosto de 2024. Em 2025, nove países obtiveram esse status: Belarus, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Malásia, Nigéria, Tailândia, Uganda e Uzbequistão.

